

Marcílio espera adesão de 95% dos bancos ao acordo

Rio — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disse ontem, no Rio, que tem uma "boa expectativa" quanto à aprovação do acordo da dívida externa pelo Senado. Ele lembrou que durante a negociação da dívida "os senadores foram mantidos a par de todo o processo". O ministro estima que dentro de um mês o Senado receberá o protocolo, ainda em fase de conclusão, e acredita que cinco ou seis semanas após a aprovação dos senadores, o Governo conseguirá a adesão de 95 por cento dos mais de 200 bancos privados. Só com esta adesão o acordo terá efeito.

Marcílio assegurou que, apesar da crise política enfrentada pelo Governo, em momento algum a negociação do acordo da dívida externa foi prejudicada.

Ontem o ministro fez sua tradicional caminhada do Posto 9 da praia de Ipanema até a ponta do Arpoador. Ele foi cumprimentado por alguns amigos e criticado por pessoas que estavam na praia. As críticas eram por causa da inflação e os elogios pelo acordo

da dívida externa. A funcionária pública Fernanda Murta, enfermeira, perguntou a Marcílio se o funcionalismo público irá receber os aumentos com a aprovação da isonomia salarial dos três poderes. O ministro garantiu que sim, e ainda ouviu um reclamação da enfermeira: "O salário está muito baixo e quem trabalha com doenças precisa de estímulo".

Privatização — A Comissão da Reforma Fiscal decidiu resguardar os investimentos nos programas de privatização, modernização e competitividade a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na proposta de reordenamento de receitas e despesas do setor público a ser entregue amanhã ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. O BNDES vai continuar contando com 1,6 bilhão de dólares para investir no setor produtivo, desta vez provenientes de cerca de quatro por cento do total da arrecadação de impostos federais.

As linhas de crédito do BNDES chegam a ficar ameaçadas, com

a extinção do PIS/Pasep prevista na proposta da comissão. Do PIS/Pasep o BNDES retira 70 por cento do seu orçamento por meio de financiamentos repassados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Sem essa fonte de dinheiro, o BNDES teria de recorrer ao mercado financeiro internacional para buscar os fundos necessários aos seus programas. Diante desta perspectiva, os representantes do banco fizeram intensa pressão sobre a comissão e o Governo. Conseguiram, então, que o fim do PIS/Pasep fosse compensado com a destinação de recursos orçamentários do Tesouro ao BNDES.

Cerca de quatro por cento do orçamento, ou 0,4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) serão destinados ao BNDES, de acordo com a nova redação da proposta de reforma fiscal. Pesou a favor da manutenção dos recursos do BNDES a importância que eles adquirem no momento em que o Governo precisa consolidar sua política de combate à inflação.